

ATUAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO E O IMPACTO NA GESTÃO DOS RPPS's



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência

ATUAÇÃO DO CONTROLE

- expectativa de controle, externo, interno...
- momento de atuação do controle
- composição e atuação do TCE e o SCI
- fiscalização e julgamento dos RPPS
- responsabilização e direito de defesa e recurso

MOMENTO ATUAL

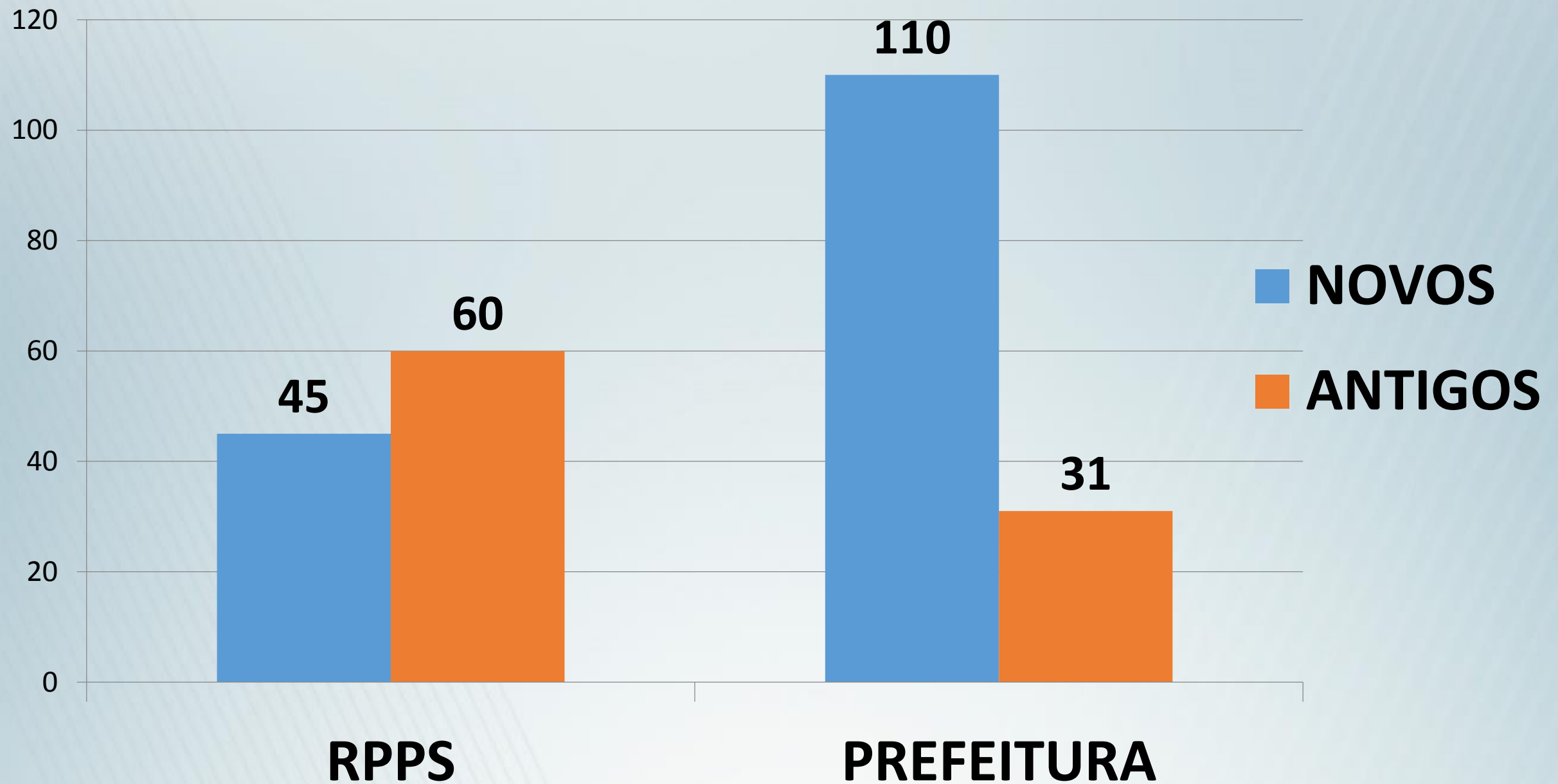
- crise moral, ética, política, econômica e financeira
- repercussão
 - credibilidade, queda na macroeconomia
 - atraso salarial, ausência de reposição de servidores, queda na prestação de serviço
 - queda na receita, aumento do endividamento público, da despesa com pessoal e da previdência
 - dificuldades e impactos para o RPPS

MOMENTO ATUAL

→ 1º ano de 110 prefeitos:

- estreitar relacionamento
- conscientizar e capacitar prefeitos, vereadores, gestores, assessores e técnicos, sobre RPPS

GESTORES - 2017



MOMENTO ATUAL

- dúvidas atuais
 - compensa manter o RPPS?
 - compensa instituir o RPPS?

- instâncias de análise
 - aspectos financeiros, orçamentários e fiscais
 - impacto para a gestão e para o servidor
 - capacidade de gestão
 - cultura previdenciária

CRP

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência

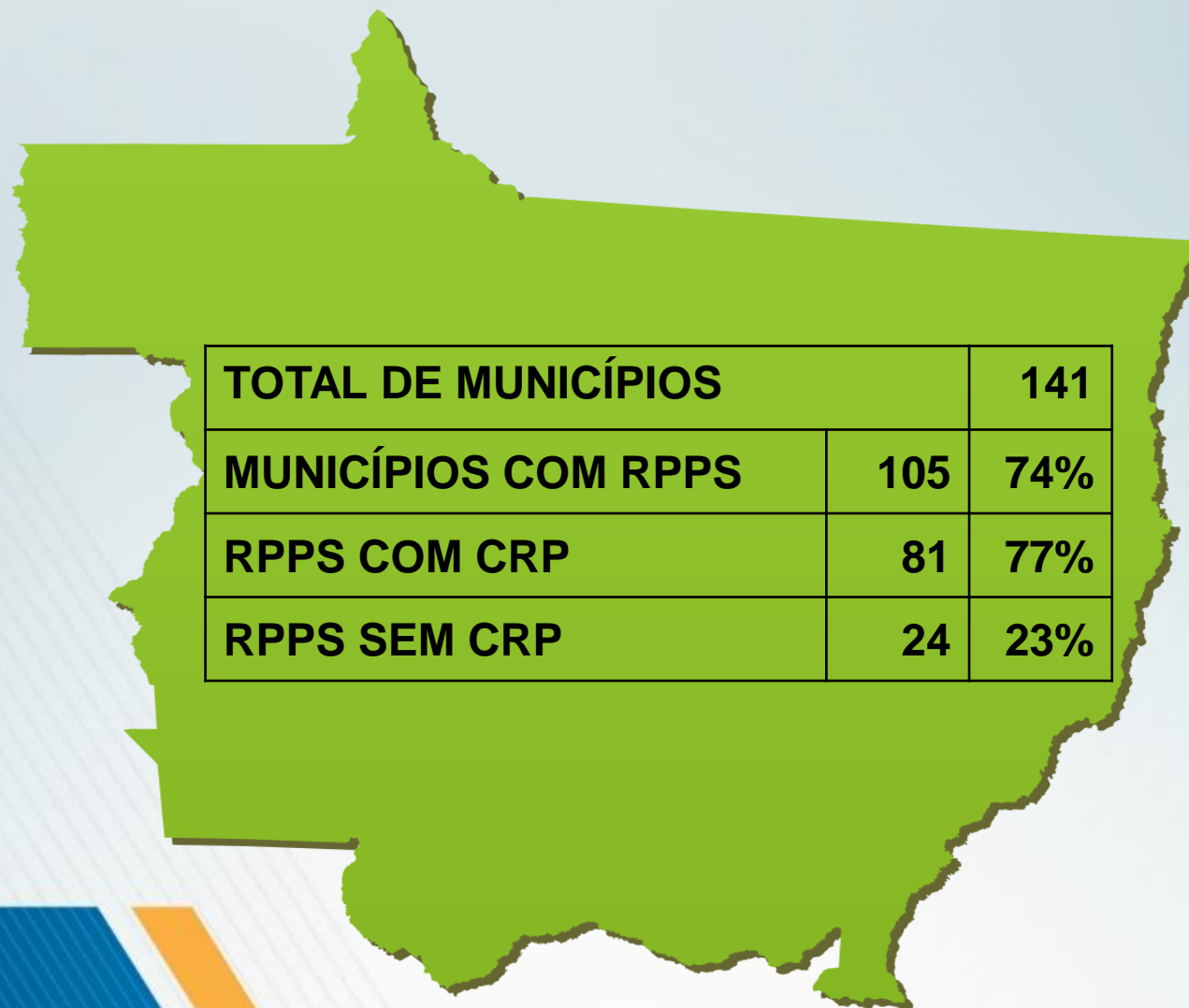


Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

- regularidade do RPPS frente às normas gerais de previdência
- condição para o ente:
 - receber transferências voluntárias (salvo área social)
 - celebrar acordos, contratos, convênios e empréstimos
 - receber compensação previdenciária
- validade de 180 dias

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA



Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

MUNICÍPIOS - CRP VIA DECISÃO JUDICIAL DATA DE CORTE: 16/08/2017	
ENTE	VALIDADE
Estado de Mato Grosso	set/2017
Araguainha	set/2017
Rondonópolis	nov/2017
TOTAL	3 ENTES

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

MUNICÍPIOS - CRP VENCIDA - DATA DE CORTE: 16/08/2017

ENTE	VALIDADE	ENTE	VALIDADE
Acorizal	mai/2014	Novo São Joaquim	ago/2017
Apiacás	ago/2017	Pontal do Araguaia	ago/2017
Castanheira	jul/2017	Ponte Branca	jun/2017
Chapada dos Guimarães	set/2014	Poxoréu	jun/2015
Colíder	jul/2017	Rosário Oeste	set/2016
Confresa	dez/2013	Santa Terezinha	out/2015
Gaúcha do Norte	jul/2017	Santo Afonso	jul/2017
Guarantã do Norte	jul/2017	Santo Antônio do Leste	abr/2017
Guiratinga	jun/2017	São Félix do Araguaia	nov/2016
Jauru	abr/2016	São José do Povo	fev/2017
Lambari d'Oeste	jul/2017	Torixoréu	set/2015
Nova Nazaré	nov/2014	Vale de São Domingos	ago/2015

TOTAL

24 ENTES

CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

será incluso como ponto de controle nas contas de governo para verificar se o município está com CRP disponível

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência

HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAS

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS

art. 5º, Portaria MPS 403/2008

- efetiva aproximação entre o ente federativo, a unidade gestora do RPPS e as empresas responsáveis pelo cálculo atuarial
- ente federativo, unidade gestora e atuário devem eleger conjuntamente as hipóteses biométricas, econômicas e financeiras, inclusive Plano de Cargos, Carreiras e Salários

VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA IMPLANTAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência

VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA IMPLANTAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL

Art. 19, § 2º, Portaria 403/2008

- estudo de impacto e viabilidade orçamentária, financeira e de limite fiscal
- *Art. 19, § 2º. A definição do plano de amortização deverá ser acompanhada de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.*

VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA IMPLANTAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL

IMPACTOS

- previsão orçamentária
- disponibilidade financeira constante
- aumento da despesa com pessoal
- Planos Financeiro e Previdenciário
 - desembolso financeiro
 - encargos

VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA IMPLANTAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL IMPACTOS

- limite fiscal para aumentar despesa com pessoal
 - evolução da receita
 - evolução da despesa
 - impacto em todos os poderes

VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA IMPLANTAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL OPÇÕES

- aporte periódico de recursos
- aumento da alíquota
- segregação de massa
- aporte de bens e direitos

VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA IMPLANTAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL

- Anexo de Riscos Fiscais (art. 4º, §3º, LRF): avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas
 - obrigações financeiras relacionadas ao fluxo futuro de despesas com o pagamento de aposentadorias e pensões
 - risco fiscal direto, de ocorrência certa, previsível e baseado em fator bem conhecido, comumente
- Anexo de Metas Fiscais (art. 4º, §1º, LRF): estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública

VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA IMPLANTAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL

Art. 19, § 2º, Portaria 403/2008

- obrigatoriedade, não é faculdade
- efeitos: inviabilidade da amortização do déficit atuarial e da manutenção do Regime Próprio, a médio e longo prazo
- inexistência de demonstração de viabilidade: irregularidade grave no TCE-MT

ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS E DESTINAÇÃO DE RECURSOS

art. 44, LRF

- vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente
- salvo se destinada por lei aos RPPS e RGPS
 - financiamento de despesas correntes relacionadas com despesas previdenciárias

CENSO PREVIDENCIÁRIO

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência

CENSO PREVIDENCIÁRIO

art. 9º, II, da Lei 10.887/2004 | 1º, I, da Lei 9.717/98 | art. 15, II, da ON-MPS 2/2009

- periodicidade não superior a cinco anos
- manter base de dados cadastrais, funcionais e financeiras atualizada
- controle de servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes
- estabelecimento de política salarial
- menor risco de fraude
- economia para o ente
- auxilia no equilíbrio financeiro e atuarial

CENSO PREVIDENCIÁRIO

art. 9º, II, da Lei 10.887/2004 | 1º, I, da Lei 9.717/98 | art. 15, II, da ON-MPS 2/2009

→ dificuldade:

- ausência de cultura previdenciária
- banco de dados desatualizados
- relacionamento da Unidade Gestora do RPPS X órgãos dos Poderes
- T.I. desqualificada

CENSO PREVIDENCIÁRIO

art. 9º, II, da Lei 10.887/2004 | 1º, I, da Lei 9.717/98 | art. 15, II, da ON-MPS 2/2009

→ Termo de Cooperação entre MTPREV e Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda

- Ministério da Fazenda: disponibiliza o Sistema Previdenciário de Gestão de RPPS - SIPREV
- MTPREV: custo da empresa contratada

CENSO PREVIDENCIÁRIO

art. 9º, II, da Lei 10.887/2004 | 1º, I, da Lei 9.717/98 | art. 15, II, da ON-MPS 2/2009

→ Termo de Cooperação entre MTPREV e TCE-MT

▪ TCE:

□ fornecer dados

- ✓ cadastrais: informações básicas do servidor
- ✓ funcionais: vínculos, tempo de contribuição anterior à data da posse, cargos e carreiras etc
- ✓ financeiros: base de cálculo, valor de contribuições, benefícios recebidos etc

CENSO PREVIDENCIÁRIO

art. 9º, II, da Lei 10.887/2004 | 1º, I, da Lei 9.717/98 | art. 15, II, da ON-MPS 2/2009

→ Termo de Cooperação entre MTPREV e TCE-MT

▪ TCE:

- ☐ convocar servidores
- ☐ disponibilizar espaço físico e divulgar censo
- ☐ designar equipe para acompanhar a execução do censo
- ☐ implementar as recomendações procedentes do censo
- ☐ informar a MTPREV as inconsistências corrigidas

COLEGIADO PREVIDENCIÁRIO

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Constituição Federal

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

(...)

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Lei n. 9.717/1998

Art. 1º. Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

(...)

VI - pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

Lei n. 10.887/2004

Art. 9º A unidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores, prevista no art. 40, § 20, da Constituição Federal:

I - contará com colegiado, com participação paritária de representantes e de servidores dos Poderes da União, cabendo-lhes acompanhar e fiscalizar sua administração, na forma do regulamento.

Orientação Normativa MPS 03/2004 - **REVOGADA**

Art. 14. O regime próprio da União, Estados, Distrito Federal e Municípios será administrado por unidade gestora única vinculada ao Poder Executivo que:

I – contará com colegiado, com participação paritária de representantes do ente federativo e dos segurados dos respectivos poderes, cabendo-lhes acompanhar e fiscalizar sua administração

Orientação Normativa MPS n. 02/2009

Art. 15. O RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será administrado por unidade gestora única vinculada ao Poder Executivo que:

I - contará com colegiado ou instância de decisão, no qual será garantida a representação dos segurados, cabendo-lhes acompanhar e fiscalizar sua administração;

Resolução de Consulta TCE-MT n. 21/2017

- 1. A composição dos conselhos deliberativos de regimes próprios previdenciários deve ser representativa do ente federativo e dos servidores vinculados ao respectivo regime;*
- 2. Os representantes da Administração Pública nos conselhos deliberativos do RPPS podem ser livremente indicados. Já os representantes dos segurados devem, necessariamente, ser servidores efetivos, ativos ou inativos.*

VÍNCULO AO RPPS

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

VÍNCULO AO RPPS

→ ponto de controle da equipe de fiscalização do TCE, da UCI e do SCI, antes da concessão de aposentadoria/pensão – exemplos:

- estabilizados pelo artigo 19 do ADCT
- empregos transformados em cargos, quando do RJU
- agentes comunitários de saúde (Resolução de Consulta TCE-MT 19/2013)
- outros

Resolução de Consulta TCE-MT n. 22/2016

estabilizados e não efetivos:

- ✓ não podem ingressar no RPPS
- ✓ detêm estabilidade e permanência no cargo

estabilizados há mais de 5 anos no RPPS:

- ✓ detêm estabilidade e permanência no cargo
- ✓ direito de permanência no RPPS
- ✓ princípio da segurança jurídica

PROTOCOLO PROVISÓRIO

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

PROCESSO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES NO TCE-MT

PROTOCOLO PROVISÓRIO

- análise documental e preliminar
- aspecto formal
- envio de documentos ilegíveis, incompatíveis e/ou ausência de documentos:
 - estagnação processual, considerado não enviado
 - necessidade do RPPS regularizar e reenviar

PROCESSO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES NO TCE-MT

PROTOCOLO PROVISÓRIO

DOCUMENTOS MAIS DEVOLVIDOS - DESDE ABRIL/2017	QUANTIDADE
CÓPIA DOS <u>DOCUMENTOS PESSOAIS</u> (RG E CPF)	57
CÓPIA DO CONTRACHEQUE OU <u>FICHA FINANCEIRA</u> DA ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, INDICANDO A LEGISLAÇÃO A QUE SE REFERE	33
<u>PLANILHA DE PROVENTOS</u> ELABORADA PELA ENTIDADE OU ÓRGÃO CONCEDENTE	29
MANIFESTAÇÃO JURÍDICA ACERCA DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E COMPOSIÇÃO DE PROVENTOS	25
ATO CONCESSÓRIO, CONTENDO QUALIFICAÇÃO CIVIL DO SERVIDOR (RG E CPF), QUALIFICAÇÃO FUNCIONAL, <u>PERÍODO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO</u> , <u>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONCESSÃO</u> E ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE	20
CÓPIA DO CONTRACHEQUE OU FICHA FINANCEIRA DA ÚLTIMA REMUNERAÇÃO, INDICANDO A LEGISLAÇÃO A QUE SE REFERE	17
PLANILHA DE CÁLCULO DE BENEFÍCIO CONTENDO O RATEIO DA PENSÃO, SE HOUVER	17

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO TCE-MT

Período: abril 2017 a março 2018

→ auditoria sobre investimentos realizados pelos RPPS

- carteira de investimentos que contenha aplicações:
 - fundos de investimentos
 - ✓ já listados pela PREVIC e TCE-MT com relevantes irregularidades
 - ✓ contenham expressivas notícias negativas na mídia
 - ✓ alta concentração de papéis de crédito privado
 - ✓ baixa quantidade de RPPS como investidores
- denúncias, representações de natureza interna e externa, comunicações de irregularidade e notícias negativas

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO TCE-MT

Período: abril 2017 a março 2018

→ auditoria sobre cálculo atuarial

- quantidade de segurados vinculados ao RPPS
- viabilidade orçamentária, financeira e fiscal da implantação
- denúncias, representações e notícias relevantes

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO TCE-MT

Período: abril 2017 a março 2018

→ auditoria sobre folha de pagamento

- os de maior percentual de crescimento da folha de pagamento de inativos nos últimos 4 anos
- denúncias, representações e notícias relevantes

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO TCE-MT

Período: abril 2017 a março 2018

- **levantamento dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate à endemia**
- avaliar se os municípios regularizaram os vínculos precários, por meio de processo seletivo, até 31/12/2016, conforme determinação da Resolução TCE-MT n. 29/2015

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO TCE-MT

Período: abril 2017 a março 2018

→ levantamento de inativos sem processo de benefício previdenciário

- identificar folha de pagamento do RPPS:
 - ✓ se existe processo
 - ✓ encaminhamento e registro do processo
 - ✓ de pessoas falecidas

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO TCE-MT

Período: abril 2017 a março 2018

→ acompanhamento simultâneo – conformidade

- investimentos: 100% das operações selecionadas em análise de risco
- taxa de Administração: 100% dos RPPS
- repasses das contribuições previdenciárias: 100% dos RPPS
- parcelamento das contribuições previdenciárias: 100% dos RPPS

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 2, IV, LRF

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

...

*IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, **deduzidos**:*

a) ...

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Art. 2, IV, LRF

b) ...

c) *na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.*

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

→ deduções

- contribuição dos servidores
- compensação financeira

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

→ duplicidades

- representam operações entre entidades integrantes do mesmo orçamento
- agregação de receitas configura duplicidade contábil (pessoas jurídicas do mesmo ente estatal)
- exclui-se do cálculo da RCL porque já foi contabilizada como receita
- não é computada, logo não é deduzida

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

→ duplicidades

- contribuição patronal (receita intraorçamentária)
- não incluídas na RCL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

contribuição patronal (Receita intraorçamentária)

- excluídas do cálculo por caracterizarem duplicidades
- não são computadas nas receitas correntes brutas
- não são deduzidas

contribuição do servidor e compensação financeira

- compõe o cálculo da Receita Corrente Líquida
- é deduzida

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Resolução de Consulta TCE-MT n. 19/2017

Rendimentos positivos da carteira de investimento:

- decorrem da aplicação das receitas previdenciárias no mercado financeiro:
 - contribuições previdenciárias dos servidores
 - compensações financeiras entre os regimes
 - contribuições patronais e aportes financeiros
- receitas orçamentárias efetivamente arrecadadas → resgate
- não integram o cálculo da RCL → valores acessórios atrelados aos principais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA
Receita intra-orçamentária configura duplicidade	não configura duplicidade	não configura duplicidade
não integra o cômputo total da RCL	integra inicialmente o cômputo total da RCL	integra inicialmente o cômputo total da RCL
não será deduzida	será deduzida	será deduzida

DESPESA COM PESSOAL

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência

DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Art. 18 e 19 - LRF

→ incluem como despesa com pessoal os gastos com:

- inativos e pensionistas
- quaisquer espécies remuneratórias de ativos
- encargos sociais

→ excluem da despesa com pessoal os gastos com:

- inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados à previdência

DESPESA COM PESSOAL

- dificuldade em aumentar a alíquota patronal
- limite da despesa com pessoal:
 - União – 50% da RCL
 - Estados e Municípios – 60% da RCL
 - quase sempre, o aumento da despesa previdenciária com inativos, pensionistas e encargos previdenciários impacta no limite com despesa com pessoal

DESPESA COM PESSOAL - 2016

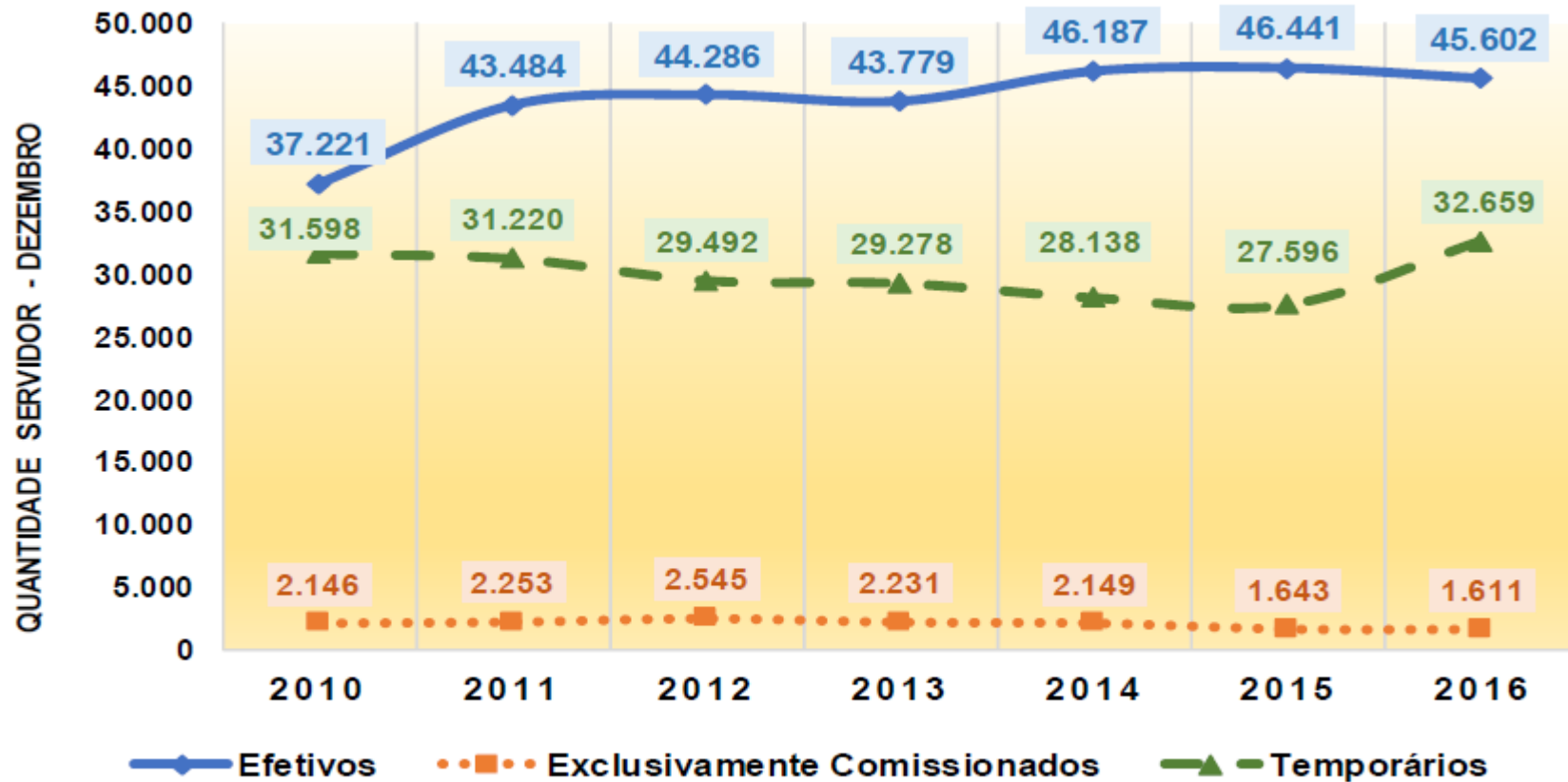
ENTE	DESPESA TOTAL COM PESSOAL	%
Comodoro	R\$ 35.040.119,55	67,12
Santa Terezinha	R\$ 13.103.577,71	61,63
Porto Esperidião	R\$ 13.513.289,50	57,70
Ipiranga do Norte	R\$ 16.542.160,72	53,04
Colniza	R\$ 33.096.257,23	53,00
Nova Lacerda	R\$ 12.759.314,76	52,82
Diamantino	R\$ 42.223.018,42	52,81
Carlinda	R\$ 14.174.972,30	52,35
Santa Rita do Trivelato	R\$ 11.925.209,05	51,83
Canabrava do Norte	R\$ 8.507.804,02	51,49
Jangada	R\$ 8.819.688,58	50,62
Nossa Senhora do Livramento	R\$ 16.619.670,00	50,54
Tangará da Serra	R\$ 105.970.532,92	50,53
Ribeirão Cascalheira	R\$ 11.489.836,78	50,22
Santa Carmem	R\$ 10.876.734,83	50,05

Limite prudencial: 95% de 54% equivale a 51,3% da RCL

DESPESA COM PESSOAL

IMPACTO DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS NO DÉFICIT FINANCEIRO E ATUARIAL

MATO GROSSO



Servidores do Poder Executivo
57,09% efetivos
40,89% temporários
2,02% comissionados

CARTILHA

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Conselheiro Substituto junto à Presidência



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Aplicações financeiras dos regimes próprios de previdência social

Principais conceitos, legislações aplicáveis e boas práticas



- minimizar os riscos inerentes à atividade
- diretrizes aos gestores e membros do comitê de investimentos dos RPPS
- procedimentos registrados são resultantes de controle e avaliações exercidos pelo TCE-MT
- oriundos das auditorias realizadas com foco em relevância, materialidade e risco em investimentos dos RPPS

“Se você pensa que pode ou pensa que não pode,
de qualquer forma, você está certo.”

Henry Ford

Ronaldo Ribeiro de Oliveira
✉ ronaldo@tce.mt.gov.br